Audiência Pública: "Descriminalização de povos tradicionais" 2019

Objetivos e participantes

A audiência teve como objetivo debater sobre os desafios enfrentados pelos defensores dos Direitos Humanos na Bahia em prol da descriminalização dos povos tradicionais.

Participaram da audiência:

- A promotora de Justiça Márcia Teixeira, representante do Ministério Público no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH), que presidiu a reunião;
- O defensor regional de Direitos Humanos na Bahia, Vladimir Correia;
- Lideranças indígenas das etnias Tupinambá, Pataxós, Tumbalalás e Xakriabás;
- Quilombolas das comunidades de Rio dos Macacos, Pitanga dos Palmares, Luna e Quingonha;
- Representantes da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado da Bahia;
- Representantes do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca); e
- Representantes da sociedade civil.

Descrição Geral

Ocorreu, no dia 5 de novembro de 2019, audiência pública com o tema: "Descriminalização dos Povos Tradicionais: desafios dos defensores de Direitos Humanos na Bahia", realizada no auditório do Ministério Público da Bahia (MP-BA), no bairro de Nazaré, centro da capital baiana.

Na ocasião, caciques e mães de quilombo protegidos pelo Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH), da Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, expuseram os principais desafios enfrentados nas suas comunidades. As lideranças relataram sofrer com racismo estrutural, sobretudo nas instituições públicas. A intolerância religiosa foi citada como outro problema recorrente.



Destaques

A promotora de Justiça Márcia Teixeira, explicou que aqueles que atuam na área de Direitos Humanos e que se sintam ameaçados por sua atuação também podem ser inseridos no programa de

proteção, seja diretamente ou por encaminhamento. Ela afirmou que, atualmente, 82 lideranças estão protegidas pelo programa, entre indígenas, quilombolas, trabalhadores do campo e ambientalistas.

Na ocasião, o defensor Vladimir Correia citou alguns casos acompanhados pela DPU e relatou as visitas feitas em outubro pelo projeto de Educação em Direitos da DPU, às comunidades de Belmonte (Aldeia Patiburi) e Ilhéus (Idalha e Serra do Padeiro) . Para ele, para assegura a proteção dos indígenas, a burocracia deve ser superada, já que muitos indígenas não possuem documentação de suas terras.